

Políticas educacionais para o retorno das aulas presenciais: reflexão sobre os programas de recomposição de aprendizagens do estado de Alagoas

Educational policies for the return of face-to-face classes reflection on the recomposition program of learning in the state of Alagoas

Raquel da Silva Cordeiro¹
Alice Virginia Brito de Oliveira²

Resumo

A pandemia evidenciou algumas desigualdades educacionais já existentes e limitou o nível de aprendizagem e rendimento escolar em função do isolamento social. Em contrapartida, o Programa de Recomposição da Aprendizagem (PRA) como política educacional, busca a recomposição das aprendizagens e mitigar as perdas, reduzindo as desigualdades escolares causadas pelo afastamento social. O presente trabalho tem o objetivo de analisar o PRA, uma política educacional do Estado de Alagoas, implementado em 2022, após o retorno das atividades presenciais, elaborado para garantir o direito de aprendizagem e desenvolvimento dos educandos. Identifica-se através deste estudo os desafios enfrentados para assegurar o direito à aprendizagem e a permanência dos alunos na escola e as estratégias efetivadas pela Secretaria de Educação do Estado de Alagoas para recuperação das aprendizagens. Além disso, o programa busca atender a todos os estudantes com estratégias e projetos para desenvolver a educação pública, propondo melhores condições e habilidades essenciais de aprendizagens, visando à distorção idade-série e aceleração das aprendizagens.

Palavras-chave: Aprendizagem; Plano de recomposição; Política educacional; Pandemia.

Abstract

The pandemic highlighted some already existing educational inequalities and limited the level of learning and school performance due to social isolation. Nevertheless, the Learning Recomposition Program (LRP) as an educational policy seeks to recompose learning and mitigate losses, reducing school inequalities caused by social isolation. This paper aims to analyze LRP, an educational policy of the State of Alagoas, implemented in 2022, subsequently the return of classroom activities, designed to ensure the learning and development rights of the students. We identified through this study the challenges faced to guarantee the right to learning and the permanence of students in school and the strategies implemented by the State Secretary of Education of the State of Alagoas to recover the learning. Furthermore, the program seeks to serve all the pupils with strategies and projects

¹ Licenciada em História pela Universidade Estadual de Alagoas (UNEAL). E-mail: raquelcordeiro@alunos.uneal.edu.br

² Doutora em Educação pelo Programa de Pós-Graduação da Universidade Tiradentes (UNIT). Professora da Universidade Estadual de Alagoas (UNEAL) na Licenciatura em História, com os Estágios Curriculares Supervisionados e como docente orientadora do Programa Residência Pedagógica da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES). E-mail: aliceoliveira@uneal.edu.br

to develop public education, proposing better conditions and essential learning skills, aiming at the age/grade distortion and learning acceleration.

Keywords: Learning; Recomposition plan; Educational policy; Education; Pandemic.

1. Introdução

As políticas públicas têm como meta viabilizar mecanismos que possibilitem a implementação de medidas visando uma educação de qualidade, nessa perspectiva, elas estão relacionadas ao enfrentamento e à solução de algum problema público que seja considerado coletivamente primordial para uma sociedade. Políticas públicas se referem à expectativa de alcance a uma situação melhor com intencionalidades e respostas, que visem o social, “deve ser vista como uma diretriz que é construída para o enfrentamento de um problema público” (Secchi, 2017, p. 3).

Destarte, as políticas educacionais atuam para retificar distorções sociais e garantir que todas as crianças e jovens tenham acesso e garantia de sua permanência na escola, “colocar o aprendizado como foco das políticas é essencial para que os esforços tenham resultados positivos” (Bacalhau; Menezes, 2022, p. 5). Com a promulgação da Constituição Federal 1988, esta proporciona a obtenção dos direitos sociais para a população, tornando-se o referencial legal das políticas públicas no Brasil, a educação se torna um direito de todos e dever do Estado e da família.

Assim como em todo o Brasil, a pandemia de COVID-19 forçou a interrupção do ensino presencial em Alagoas, levando a uma transição abrupta para o ensino remoto ou híbrido. “O cancelamento das aulas ocorreu em cerca de sessenta por cento (60%) das escolas, prejudicando mais de um bilhão de estudantes ao redor do mundo e cerca de cinquenta e dois milhões no Brasil” (Barbosa; Anjos; Azoni, 2021, p.2).

O Brasil foi um dos países que ficou por mais tempo com escolas fechadas, milhares de estudantes tiveram suas defasagens educacionais intensificadas, aprofundando o *déficit* educacional nas redes públicas. Dessa forma, o ensino remoto no Estado de Alagoas passou a ser mediado, oficialmente, pela Portaria Nº7.651/2020 que instituiu o Regime Especial de Atividades Escolares Não Presenciais (REAENP).

Neste contexto, surgiram grandes adversidades para as escolas, gestores, docentes, funcionários, pais e alunos, que se esbarram na complexidade de não ter o acesso à internet, a insuficiência de manuseio das plataformas digitais, *software*, local adequado para estudo, entre outros. Sobressaindo assim, as limitações no ensino remoto, no qual nem todos tiveram acesso e alguns ficaram à linha da exclusão, e o direito à educação como direito universal não foi garantido como um direito de todo cidadão. No Brasil, os sistemas de ensino já possuíam desigualdades educacionais muito marcantes, que se agravaram com a pandemia, e garantir alguma aprendizagem em casa, enfrentando os obstáculos de conectividade, foi desafiador.

Diante desta conjuntura, no Estado de Alagoas, foi implementado o Programa de Recomposição de Aprendizagem de Alagoas (**PRA-AL**), organizado pela Secretaria de Educação (SEDUC) por meio da Portaria /SEDUC Nº 15.022/2021, após o retorno das atividades presenciais, com o objetivo de mitigar as perdas das aprendizagens e reduzir as desigualdades escolares causadas pelo afastamento social, com enfoque nos estudantes da Rede Pública.

2. Impactos da pandemia da covid-19 na política educacional

No início de 2020, a Organização Mundial da Saúde (OMS), promulgou o estado de Emergência de Saúde Pública de importância internacional, provocada por um novo vírus causador da COVID-19. A pandemia da COVID-19 corresponde a um dos imprescindíveis problemas públicos atuais. Com isso, uma situação pandêmica surgiu, implicando em práticas de isolamento social.

A Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO) noticiava ter sido alcançado o número de um virgula seis (1,6) bilhão de crianças e jovens afetados pelo fechamento de escolas, em 191 países, representando noventa vírgulas dois por cento (90,2%) da população estudantil mundial, os quais enfrentam, como consequência, interrupções no desenvolvimento escolar (Vieira; Rici, 2020, p.1).

Segundo dados apresentados pela UNESCO (2021) quase metade dos estudantes do mundo ainda são afetados pelo fechamento parcial ou total das

escolas. Além disso, mais de cem milhões de crianças adicionais cairão abaixo do nível mínimo de proficiência em leitura como resultado dessa crise de saúde.

Hoje o problema indubitavelmente é que milhões de cidadãos no mundo não têm acesso à internet, causando com isso um grande divisor digital, ficando à margem da exclusão. Segundo dados da Organização das Nações Unidas (ONU), “quarenta e seis por cento (46%) da população mundial decerto não tem meios para acessar a internet” (Darosa; Martins, 2021, p. 4).

Portanto, a internet passa a ser parte do sistema educacional de forma mais permanente e traz mudanças consideráveis neste processo de ensino-aprendizagem. “Em relação à educação, as redes de comunicação trazem novas e diferenciadas possibilidades para que as pessoas possam se relacionar com os conhecimentos e aprender” (Kenski, 2007, p.47), se tornando uma forma de comunicação entre professores e alunos, para minimizar os danos educacionais.

Existem vários problemas que a pandemia da COVID-19 causou à educação, dentre os principais estão as desigualdades sociais e educacionais, o atraso na aprendizagem e a falta de acesso à internet. A alteração do ensino mudou a organização, a rotina didática da escola e dos educandos e as relações pedagógicas. Na escola pública, pode-se verificar certa dificuldade para a inclusão digital de todos, tornando-se uma objeção para as políticas educacionais.

2.1. Déficit provocado nas aprendizagens dos estudantes

A crise sanitária causada pelo vírus paralisou os sistemas educacionais em todo o mundo, a perda de aprendizagem que muitas crianças e jovens estão passando podem prejudicar não só o seu futuro com impactos avassaladores, mas os de suas famílias e a economia mundial. Segundo o novo relatório lançado em 06 de dezembro pelo Banco Mundial, UNESCO e Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF) “esta geração de estudantes corre o risco de perder dezessete (17) trilhões de dólares em ganhos vitalícios no valor presente, ou cerca de quatorze por cento (14%) do Produto Interno Bruto (PIB) mundial atual” (UNESCO, 2021), como consequência do fechamento de escolas devido à pandemia. Esses fatores podem resultar em menor preparação para o mercado de trabalho e menores oportunidades de emprego no futuro. Consequente com a UNESCO (2021) mostra que:

[...] em países de rendas baixa e média, a proporção de crianças que vivem em Pobreza de Aprendizagem (Learning Poverty) que já era de cinquenta e três por cento (53%) antes da pandemia – pode chegar a setenta por cento (70%), dado os longos períodos de fechamento de escolas e a ineficácia do ensino à distância para garantir a continuidade total da aprendizagem durante esse período de fechamento.

Os *déficits* na aprendizagem suscitaram consequências que afetaram grupos de crianças e jovens em específicos, de acordo com os dados apresentados pela UNESCO (2022), os resultados são classificados por *status* socioeconômico dos estudantes, gênero, raça e nível de escolaridade, além do local de residência, exacerbando deste modo, as desigualdades educacionais.

Sendo mais excluídos os estudantes pretos, pardos e indígenas de quatro (4) e cinco (5) anos e de quinze (15) a dezessete (17) anos, as desigualdades entre os grupos mostram que as políticas também precisam contar com um foco especial sobre meninos, pretos e pardos, pobres, além de recortes territoriais (Waltenberg; Simielli; Soares, 2021, p.5).

As desigualdades de aprendizagens existentes entre os grupos mostram que as políticas educacionais não conseguem alcançar a todos os estudantes, em especial os estudantes de nível socioeconômico mais baixo, dessa forma, o direito ao aprendizado tal como consta na Constituição, não é garantido para todos.

Nosso sistema educacional não assegura o direito ao aprendizado de forma geral, para certos grupos da sociedade, o cumprimento desse direito é um objetivo ainda muito mais distante. Não é admissível que, em pleno século XXI e na chamada Era do Conhecimento, mais de quarenta por cento (40%) dos estudantes socialmente vulneráveis não aprendam nem o básico em Matemática ao final do ensino fundamental, depois de passarem doze (12) anos ou mais na escola. Tampouco se pode tolerar que o aprendizado insuficiente seja duas vezes mais elevado entre pretos que entre brancos (Waltenberg; Simielli; Soares, 2021, p.6).

Problemas ainda maiores referem-se às perdas de aprendizagem significativas em leitura, língua portuguesa e matemática, para Bacalhau e Menezes (2022, p.1) “[...] a defasagem de conhecimentos básicos é generalizada e afeta todo o país”.

A relação da ausência de estímulos com a aprendizagem expõe impactos inversos à aprendizagem, pois os conhecimentos aprendidos tendem a mostrar

decadência quando na falta da prática, “um estudo identificou mais dificuldades na leitura, escrita e matemática em estudantes que não frequentavam regularmente a escola, devido às situações adversas como problemas familiares e de saúde” (Barbosa; Anjos; Azoni, 2021, p. 2).

O atraso brasileiro de investimento em políticas que visam à inserção e uso das Tecnologias Digitais de Informação e Comunicação (TDIC) na educação foi claro durante a pandemia. Em uma conjuntura onde os estudantes em situação de vulnerabilidade não têm fácil acesso à tecnologia, a implementação pode apenas não funcionar, como aumentar as desigualdades e a exclusão dos jovens. É crucial implementar estratégias eficazes de recuperação educacional, incluindo apoio financeiro para escolas e famílias, programas de aprendizado acelerado, e investimentos em tecnologia educacional.

3. A recomposição das aprendizagens e suas atribuições

O termo Recomposição de Aprendizagem surge como um retorno às inúmeras dificuldades causadas pela pandemia da COVID-19, esse termo até então não fazia parte do vocabulário escolar. Ela é constituída por projetos e ações que visam à mitigação das perdas educacionais e impulsiona o processo de ensino dos estudantes da rede pública, considerando os estudantes em vários níveis de aprendizagens, se trata de um projeto intensificador já que envolve avaliações, formação continuada, currículo, acolhimento dos sujeitos, práticas pedagógicas, material didático apropriado, metas curriculares nacionais e avaliações.

Por meio da Portaria que institui o Programa de Recomposição da Aprendizagem da Educação Básica, sua intenção central é o “desenvolvimento de ações coordenadas e inter-relacionadas, com foco na mitigação das defasagens de aprendizagens dos estudantes da Rede Pública Estadual de Ensino” (Alagoas, 2021, p. 1), visando à diminuição da evasão escolar e à distorção idade-série, combatendo as desigualdades educacionais e sociais, e o desenvolvimento de estratégias para acelerar o avanço dos estudantes de acordo com a realidade, como a ampliação do tempo de exposição às atividades pedagógicas, promovendo as habilidades essenciais para o aprendizado.

No seu parágrafo único, está disposto que o PRA-AL deve ser executado por meio de escolas estaduais e municipais, que é desenvolvido a partir da priorização curricular para o Ensino Fundamental e Ensino Médio, o documento recomenda que o programa deve ser destinado a todos os alunos, com a colaboração da equipe gestora da escola para estabelecer e dar iniciativas às práticas pedagógicas, no contexto de produção textual, oficinas de leitura e resolução de problemas, disponibilização de material didático complementar para os estudantes e plataformas de apoio pedagógico, com vistas ao seu desenvolvimento integral, objetivando o aprimoramento das práticas educativas.

3.1 Programas e projetos de recomposição da aprendizagem desenvolvida pela Secretaria de Educação de Alagoas

O PRA-AL corresponde a uma política educacional que tem ganhado destaque nas escolas de Alagoas, ao buscar reduzir as desigualdades, o combate à evasão, ao abandono escolar, à diminuição da distorção idade-série e promover a recomposição no contexto da realidade, com estratégias de ensino e aprendizagem para acelerar o avanço dos estudantes.

O Programa de Recomposição da Aprendizagem da Educação Básica fortalece as ações desenvolvidas pelas Unidades de Ensino e é efetivado por meio de estratégias prioritárias, a saber:

Progressão Parcial (procedimentos específicos e ações potencializadas); Avaliação Diagnóstica; Oficinas de Leitura, produção textual e resolução de problemas; Material Didático complementar para estudantes: cadernos de atividades, plataformas de apoio pedagógico; Formação de professores; Ampliação do quadro de professores para potencializar a Progressão Parcial e demais estratégias da Recomposição da Aprendizagem; Integração com os Programas de incentivo financeiro para professores e para todos os estudantes das Unidades de Ensino da Rede Pública Estadual (Alagoas, 2021, p. 1).

Apesar dos diversos desafios desencadeados na educação, a Secretaria de Educação tem um grande empenho em combatê-los. No *site* oficial da SEDUC existe certa de quatorze (14) projetos destinados a alunos, alguns com incentivo financeiro para estimular o retorno e a permanência nas escolas, com objetivo de enfrentar a realidade da educação em Alagoas no período de retorno das aulas presenciais.

Os programas e projetos efetivados pela Secretaria de Estado da Educação para dirimir tais déficits são: Professor Mentor, Meu Projeto de Vida, Cartão escola 10, Vem que dá tempo, Escola 10 TV, Criança Alfabetizada, Mais Merenda, Escola 10, Cria Criança Alagoana.

O Programa Professor Mentor e Meu Projeto de Vida propõem a participação de alunos monitores e professores mentores. Os profissionais têm responsabilidade sob uma turma garantindo individualidade no acompanhamento, buscando estratégias para um ensino de qualidade. A escola em que os alunos e professores estiverem juntos deverão expor uma proposta pedagógica atrelada à base do projeto de vida, com suporte a aprendizagem, recomposição, família e diversidade. De acordo com o documento orientador:

As ações desenvolvidas no âmbito do Programa PROFESSOR MENTOR, MEU PROJETO DE VIDA, fortalecerão as estratégias prioritárias do Programa de Recomposição da Aprendizagem, visto que promovem projetos com foco no desempenho escolar e acadêmico dos jovens em situação de vulnerabilidade socioeconômica, visando a redução das taxas de abandono e evasão escolar, bem como mobilização da inclusão social por intermédio da educação (Alagoas, 2021, sp.).

Assim, o objetivo do programa é enfrentar os impactos da pandemia na educação, como os *deficits* na aprendizagem e a evasão escolar. O mesmo está em pleno funcionamento nas escolas públicas do Estado de Alagoas. É um programa inovador, transformador, de inclusão e pesquisa, em parceria com a Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Alagoas (FAPEAL).

O Programa Cartão Escola 10 é uma ação de combate à evasão escolar, com repasse de incentivo financeiro, além de fornecer materiais complementares para alunos da rede estadual do Ensino Médio e Educação de Jovens e Adultos (EJA), beneficiando diretamente aos estudantes, incentivando a presença, o retorno e a permanência na sala de aula.

As ações desenvolvidas no âmbito do Programa Bolsa Escola 10, que objetiva promover o acesso, a permanência e a conclusão com sucesso da Educação Básica, por intermédio da concessão de incentivos financeiros aos estudantes da Rede Pública Estadual, integrarão o conjunto de ações e estratégias prioritárias do Programa de Recomposição Da Aprendizagem, visto que fortalecem a permanência dos estudantes na escola, zelando pela frequência e participação nas atividades educacionais (Alagoas, 2021, sp.).

O Programa Escola 10 consiste em um pacto pela educação, de iniciativa do governo estadual. De acordo com as informações da SEDUC (Alagoas, 2021) o Programa Escola 10 tem como compromisso: aumentar o nível de proficiência dos estudantes, garantindo aprendizado adequado em Língua Portuguesa e Matemática, que são metas individuais; aumentar a taxa de aprovação; aumentar a taxa de participação de estudantes na Prova Brasil (hoje chamada de Saeb); reduzir a taxa de abandono e reduzir a taxa de distorção idade x série (atraso escolar).

O Programa Vem que Dá Tempo, “tem como objetivo resgatar jovens e adultos acima de dezoito (18) anos, oportunizando seu retorno à escola para concluírem o ensino médio” (Alagoas, 2021), acelerando o processo de escolarização. Tem como propósito elevar a educação de jovens e adultos em situação de vulnerabilidade social, ofertando uma bolsa permanência, com um valor mensal para jovens e adultos continuarem, através do EJA, o Ensino Médio Modular, concluindo o ensino médio através de quatro módulos: linguagem, matemática, ciências humanas e ciências da natureza, podendo terminar o ensino Médio em um ano. Por meios das ações o programa traz pessoas que se evadiram da escola em algum momento da sua vida, para serem certificadas no ensino fundamental, melhorando os índices educacionais.

O Programa Escola 10 TV, propõe um Novo canal de TV aberta para transmissão de conteúdos pedagógicos para os estudantes da rede pública de Alagoas, com o objetivo de expandir o alcance da educação, a programação é emitida também em rádios. O programa beneficia as crianças, jovens e adultos estudantes da rede pública estadual em todas as séries de ensino: fundamental, médio e Educação de Jovens e Adultos. O canal da TV Escola 10 é transmitido, para dois (2) milhões de alagoanos.

Novo canal de TV aberta para transmissão de conteúdos pedagógicos para os estudantes da rede pública de Alagoas. A ideia é ampliar o alcance da educação do estado, a partir da veiculação de temas individualizados para cada idade - vídeos interativos, exercícios, conteúdos didáticos, exercícios, textos e orientações. Todas as áreas de conhecimento serão contempladas (Alagoas, 2021, sp.).

Os vídeos apresentados no canal Escola 10 TV têm parceria com a SEDUC/AL e contempla todas as áreas de conhecimento com base na BNCC. A utilização de conteúdos pedagógicos em televisão aberta e a utilização de celulares para acessar aplicativos e plataformas digitais para terem acesso às aulas, configuram o processo de utilizar as tecnologias a favor da educação, de modo a contribuir para a qualidade do ensino.

O Programa Mais Merenda, triplica o valor de compras para as merendas escolares, buscando melhorar a qualidade nas refeições, no qual os alunos conseguem fazer até três refeições na escola, o programa possui investimento de mais de vinte virgula três (20,3) milhões.

O valor da merenda escolar chegará a ser triplicado, no caso das escolas de Ensino Fundamental e Médio - que é o grande público da Educação. Alagoas tem agora o maior valor de merenda per capita do Brasil. Além da entrega, será também realizada a compra de 150 caminhões frigoríficos, que serão entregues aos municípios para auxiliar no armazenamento e distribuição da merenda escolar em todo o estado (Alagoas, 2021, sp.).

A merenda escolar tem influência no rendimento dos alunos, uma vez que aumenta a capacidade de raciocínio e concentração, além da escola se tornar mais atrativa, tornando o aluno mais frequente às aulas.

O Programa Criança Alfabetizada tem por objetivo garantir a alfabetização de mais de oitenta (80) mil crianças até sete (7) anos de idade das Redes Públicas, contemplando jovens e adultos que estão fora da escola, garantindo a evolução do ensino-aprendizagem, acesso à oportunidade de vida. Conforme a BNCC (Brasil, p. 57) aprender a ler e escrever é uma garantia fundamental, estabelece conhecimento comum a todos os estudantes e pretende propiciar uma formação básica comum e igualitária a todos.

O programa de alfabetização busca elevar os índices de aprendizagem em leitura e escrita, além de aprimorar as práticas de interpretação, análise e compreensão de conteúdos. Uma alfabetização de qualidade é fundamental para garantir o sucesso na trajetória educacional dos indivíduos.

O Programa Cria Criança Alagoana tem como objetivo atender a demanda por vagas nas creches do Estado e promover a universalização, atendendo até cento e oitenta e oito (188) crianças por turno, o Mais Creches Cria realiza a

construção de duzentas (200) creches em todos os municípios alagoanos, são mais de 40 mil crianças beneficiadas, o “programa que surgiu para atender a alta demanda por vagas nas creches em todo o estado e promover a universalização de creches no estado” (Alagoas, 2021, sp.). Este programa destaca-se como uma política pública que visa promover o desenvolvimento integral na primeira infância, através de estratégias na área da educação e desenvolvimento social.

Os programas mais recentes desenvolvidos pela SEDUC foram os seguintes: Foca no Enem, Escolas Criativas, Daqui Pro Mundo, Ensino Integral e Avança Grêmio.

O Programa Foca no Enem tem por finalidade a preparação de todos os estudantes ao Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM), a SEDUC disponibiliza materiais de estudo, como o *Kit* Foca no Enem, assim como o *podcast* #SeLigaNaDica além de aulões preparatórios com assuntos abordados no exame.

O *Kit* Foca no Enem são doze (12) livros gratuitos contendo todo cronograma de estudo, disponibilizados aos estudantes da rede pública estadual, são recursos multidisciplinares, adequados com o conteúdo que cai no ENEM, os *kits* são estratégias muito importantes neste processo de recomposição das aprendizagens, pois incluem as habilidades e competências que os alunos precisam ter na prova, para conseguirem ingressar no ensino superior.

Em todo o Estado, a Seduc já distribuiu cerca de 65 mil kits para as escolas da rede pública de ensino. São doze livros, com questões, gabaritos comentados, resumos, esquemas e lembretes, além de manual de redação e planejamento de estudos. Material que podem ser usados em sala de aula como apoio pedagógico, ou pelo próprio estudante em casa, como forma de revisão para a prova (Alagoas, 2022, sp.).

O *podcast* #SeLigaNaDica foi desenvolvido como um meio simples para o aluno tirar dúvidas e aprender, propõe oferecer dicas curtas incluindo todas as áreas de conhecimentos. O #SeLigaNaDica é preparado com a cooperação de todos os professores da rede estadual e encontra-se disponível no aplicativo *spotify*®.

O Programa Foca no Enem conta ainda com espaço elaborado pelas unidades escolares estaduais, onde cada escola deve preparar e organizar o espaço para mobilizar e preparar os alunos dos 3º anos a realizarem o exame.

O Programa Escolas Criativas “é uma iniciativa da Rede Brasileira de Aprendizagem Criativa (RBAC), que conta com o apoio da Fundação Lemann e da Fundação LEGO, para incentivar a adoção de práticas mais criativas e relevantes para os alunos em escolas públicas” (Alagoas, 2022), isto é feito a partir do fortalecimento das redes locais, engajamento dos pais, dos estudantes, professores, gestores e de toda comunidade. É fazer com que a criatividade seja um ponto de partida dos projetos: pessoais, de escola e pedagógico, construindo uma rede de possibilidade na vida de cada estudante.

A aprendizagem criativa é um método que se conecta a era digital em que vivemos. Ela não se prende apenas ao conteúdo, mas incentiva os estudantes a colocarem em prática as formas que imaginam para solucionar os problemas. O conhecimento é desenvolvido conforme o andar das atividades é absorvido no chamado ‘processo em espiral’. Dia após dia, os estudantes passam por etapas e aprimoram as suas habilidades conforme desenvolvem e testam ideais, experimentam novos caminhos e escutam opiniões diferentes. As crianças se envolvem com essas etapas ao brincar, contar e construir (Alagoas, 2022, sp.).

Desenvolvendo essas criatividades na escola, tem-se uma qualidade de vida para o futuro dos jovens, é perceber o quanto as crianças e jovens precisam deste novo movimento, deste novo modo de trabalhar em sala de aula, de uma educação que seja inquieta.

O Programa Ensino Integral (PEI) integra cerca de cento e sete (107) escolas no Estado de Alagoas, e é considerado a quinta maior oferta de escolas em tempo integral do país, o programa visa uma jornada ampliada de estudo, desenvolvendo as potencialidades humanas em diferentes aspectos: aprendizagem mais ampla, aspectos cognitivo/intelectual, emocional, físico, social e cultural dos estudantes.

De acordo com as informações da SEDUC o programa Ensino Integral vai mais além do currículo tradicional:

O desenvolvimento integral do aluno ocorre por atividades que vão além do currículo tradicional, com a oferta de disciplinas eletivas, projetos integradores, clubes juvenis e estudos orientados, dentre outras ações. Essas ações podem ser contempladas em iniciativas de protagonismo juvenil voltadas ao esporte, cultura, inclusão social, iniciação científica, entre outros (Alagoas, 2022, sp.).

Essa ampliação possibilita a efetivação de novas atitudes, referentes à cognição, convivência social, mudança na abordagem pedagógica, no conteúdo do currículo e na carga horária do ensino ofertado, ou seja, trata-se de atividades complementares que enriquecem o conhecimento e a formação do aluno. O PEI tem como estratégia fundamental viabilizar metodologias que devem elevar os indicadores de aprendizagem dos estudantes em todas as suas dimensões. O mesmo propicia, além das aulas que constam no currículo escolar, oportunidades para aprender e desenvolver práticas que vão apoiar os alunos em seu Projeto de Vida, tendo o desenho curricular diferenciado, a metodologia, o modelo pedagógico e o modelo de gestão escolar.

O Programa Daqui Pro Mundo propõe a oferta de bolsas de intercâmbio internacional para alunos do ensino médio da rede pública, para que possam realizar cursos de idiomas, profissionalizantes e formação do ensino médio no exterior. Permitindo que o estudante aprenda de fato uma nova língua e fortaleça sua formação, com uma experiência fantástica de viajar para outro país, conhecendo novas culturas, povos e lugares.

O Programa Daqui pro Mundo é uma iniciativa que será mais uma das várias ações empreendidas pelo governo de Alagoas para valorizar os estudantes da rede estadual de ensino. Até então, um intercâmbio internacional era um sonho possível apenas àqueles selecionados no Programa Jovens Embaixadores, promovido pela Embaixada Americana no Brasil (Alagoas, 2022, sp.).

A disponibilidade de programas com este incentivo faz com que mais estudantes tenham acesso a grandes oportunidades, que são importantes ao desenvolvimento intelectual. O intercâmbio estudantil objetiva aprendizagens e vivências para fins de qualificação, ampliação de conhecimento e desenvolvimento pessoal e profissional.

O Programa Avança Grêmios garante protagonismo ao estudante para realizar projetos pedagógicos desenvolvidos pelo próprio alunado, com temas como busca ativa, aprendizagem, gênero, pessoas com deficiência, *bullying*, *ciberbullying*, origens étnico-raciais e incentivo à cultura. O programa tem como iniciativa as ações de combate ao preconceito e à discriminação, busca através deste projeto uma sociedade igualitária, incentivando a diversidade na escola. O convívio com as diferenças humanas no ambiente escolar comum é de grande importância, pois

beneficia a todos, realizando esse tipo de estratégias e práticas pedagógicas, vai reverter a situação de exclusão social, modificando a concepção estereotipada da sociedade sobre as diferenças, a fim de estruturar a escola para que acolha os estudantes sem distinção.

A SEDUC divulga mais alguns programas voltados para capacitação profissional de professores com incentivo financeiro, além de outros direcionados para reformas escolares e transportes escolares, porém, aqui só foram apresentados os programas tendentes para os alunos, com o objetivo de enfrentar os dilemas de impactos da pandemia.

3.2 A realidade dos estudantes: análise e interpretação da pesquisa

A pesquisa foi constituída por perguntas objetivas e dissertativas, respondidas por 24 alunos nos segmentos do Ensino Médio da rede pública estadual, foi assegurado, conforme a ética do sigilo, o anonimato dos estudantes entrevistados, identificando-os como AI1 ao AI24, todas as entrevistas com autorização dos entrevistados foram transcritas nesta pesquisa. As respostas³ dos alunos às questões abertas se referem às suas significações acerca das situações vivenciadas por eles no retorno às aulas e suas participações nos programas oferecidos na escola.

A pergunta inicial questionava a respeito de laboratório de informática e se tinham acesso, observou-se que na referida escola há internet banda larga, e existe um laboratório de informática e computadores, no qual os alunos afirmaram seu uso para realizarem pesquisas escolares: *“Sim tem uso quando tem algum trabalho”* (AI3); *“Sim eu uso”* (AI4); *“sim, uso sim para fazer os trabalhos escolares”* (AI7). O laboratório de informática é um espaço propício para novas aprendizagens, no qual os alunos se apropriam das tecnologias disponíveis no ambiente escolar, além de ajudar aqueles que não possuem acesso aos recursos tecnológicos, e o mais importante é identificar que a escola está contribuindo pedagogicamente para a inclusão desses educandos, promovendo equidade no acesso ao conhecimento e oportunidades.

Foi questionado aos alunos se as tecnologias digitais ainda estão sendo utilizadas nas aulas pelos professores mesmo após a retomada das aulas

³ As narrativas em itálico são excertos das respostas dos estudantes ao questionário.

presenciais, os alunos afirmaram que os professores ainda utilizam recursos digitais para complementar as aulas: *“Celular, passando atividade via whatsapp®, em PDF ou até mesmo slides através de Datashow”* (A11); *“Whatsapp® Google forms”* (A15); *“Pdf, arquivo e até mesmo a própria internet”* (A18). Existe grande importância da escola em realizar atividades híbridas, propondo uma compreensão e um estímulo no sentido de trabalhar novas metodologias ativas para complementar as atividades presenciais.

Quanto ao uso das tecnologias digitais em sala de aula, o questionário revelou que os professores as utilizam para transmitir conteúdos, disponibilizar textos em PDF, enviar atividades complementares: *“Slide, e atividades através do forms”* (A13); *“Estão sendo usadas no intuito de nos auxiliar em atividades e assuntos para estudarmos em casa”* (A15); *“Para envios de atividades como complemento de notas”* (A16). Neste contexto, as Tecnologias Digitais da Informação e Comunicação (TDIC) surgem para propiciar contínua contribuição de aprendizagem e ensino aos alunos, e que ainda são necessárias neste processo do ensino, *“a intensificação do uso de tecnologias no processo de ensino e de aprendizagem revelou, o valor da escola como espaço de socialização e aprendizagem, e dos professores como mediadores de um bem público”* (Rosa, Martins, 2022, p. 91).

Quando questionados se durante a volta das aulas presenciais, a utilização das tecnologias digitais estava ajudando nos estudos, os alunos alegaram que sim, principalmente nas pesquisas escolares, nas entregas de atividades, nos assuntos disponibilizados por professores: *“Sim ajudou muito”* (A11); *“Sim e muito”* (A17); *“Sim bastante”* (A18); *“Via whatsapp®, ajuda pra entrega de atividades e notas, assuntos slides enfim)”* (A25).

Foi destacado também pelos alunos suas dificuldades para o uso dessas tecnologias digitais. Das respostas, destacamos o seguinte comentário: *“Apesar de auxiliar bastante, acredito que ainda não é algo tão ‘universal’ quanto parece e, até mesmo eu, tendo acesso à internet fico à mercê das Lan houses do meu bairro. Por isso, deveria ser utilizada apenas para pesquisas opcionais, mas que os conteúdos aplicados e atividades fossem aplicados presencialmente”* (A14).

Assim, fica claro o que já foi defendido anteriormente, estudantes mais vulneráveis não têm acesso às TDIC de forma simples, são acessos limitados ou até

inexistentes, sofrendo com essas limitações no processo de ensino-aprendizagem, causando grande impacto no alcance de uma educação de qualidade e equitativa para todos os estudantes.

Sobre as aprendizagens foi questionado, se avançou ou foram prejudicadas nas aulas remotas, os alunos em sua maioria responderam que tiveram suas aprendizagens afetadas: *“Foi prejudicada”* (A11); *“Não que nessas aulas não aprendi foi nada nessas aulas online”* (A18); *“Prejudicada por falta de acesso”* (A19). Outros ainda relatam que suas experiências foram positivas nas aulas *online*: *“Nas aulas remotas a minha aprendizagem foi mais positiva”* (A12); *“Um pouco de cada”* (A14); *“Meio termo”* (A122). Neste ponto é possível perceber que os alunos desenvolveram habilidades diferentes, porém, todos os estudantes tiveram suas aprendizagens afetadas em diferentes níveis.

Quando questionados, se recebem algum valor referente ao programa Cartão Escola 10 e de que forma este projeto do governo ajuda o estudante, tivemos respostas surpreendentes, pois todos os estudantes afirmaram receber algum valor mensal e ajudavam nas despesas de casas, nos gastos pessoais, além do valor incentivar o retorno das atividades e na permanência. As falas a seguir revelam a realidade de muitos estudantes: *“Recebo e esse projeto me incentivou a voltar a escola, pois pretendia não voltar por medo de não conseguir me adaptar”* (A19); *“Sim, ajuda a criar motivação para voltar a estudar”* (A13); *“Sim 100R\$ Incentivando ao estudando não desistir E uma ajuda”* (A11).

“Sim, é como um incentivo, mas para os muitos que perderam as expectativas. Para os demais, é um bônus!” (A12), assim, este projeto visa assegurar a permanência do aluno na escola, com alta taxa de frequência nas aulas, e endossar que cada jovem frequente a escola na faixa etária adequada: *“Ajudou que vários alunos voltaram para a escola”* (A14).

Os projetos com incentivos financeiros também ajudam no combate à crise de aprendizagem, além de contribuir na renda familiar, como relatam os alunos entrevistados: *“Recebo. Na maioria das vezes eu contribuo na renda de casa”* (A16); *“Sim recebo, ajuda não só incentivar o aluno a ir à escola, como ajuda nas despesas de casa também, porque querendo ou não tem alunos em situações precárias ainda, mesmo com toda essa modernidade”* (A120); *“Ajuda nas despesas pessoais”* (A121). Essa é a realidade de muitos alunos em nossa comunidade, que utilizam suas

bolsas para contribuir com as despesas domésticas. Esse apoio financeiro por parte do Estado não apenas alivia as dificuldades econômicas, mas também desempenha um papel fundamental ao manter a motivação dos estudantes, incentivando o sucesso acadêmico e promovendo a igualdade de oportunidades educacionais.

Na pergunta seguinte, questionou-se se os programas desenvolvidos pela Secretaria de Estado da Educação estavam contribuindo para suas aprendizagens, os alunos responderam o seguinte: *“Os que tenho ciência estão sendo de suma importância”* (A112); *“Sim, ajuda a melhorar na aprendizagem”* (A115); *“Sim está melhorando muito nosso aprendizagem”* (A116); *“Sim, todo forma de aprendizagem é bom e esses programas são cada vez melhor pra nossa vida”* (A118); *“De alguma forma sim”* (A120). Percebe-se que os alunos conseguem ver a importância desses programas para o desenvolvimento de suas aprendizagens.

Na décima segunda pergunta, questionava se acreditavam estar preparados em termos de conhecimento e aprendizagem para sair da escola e iniciar uma universidade ou trabalho, vários dos entrevistados mencionam está mais preparado para o mercado de trabalho, ao invés de uma universidade: *“Acredito está mais preparado para me ingressar no mercado de trabalho do que em uma faculdade”* (A18); *“Futuramente sai para o mercado de trabalho e ajuda dentro de casa”* (A115); *“Sim, espero arrumar algo logo e ingressar em uma empresa”* (A117).

Outra opinião, que reforçou não se sentir preparado para entrar no mercado de trabalho ou universidade: *“Ainda preciso de mais apoio”* (A122); *“Estou um pouco preparada”* (A123), portanto, verificamos que é fundamental que se tenha uma estratégia de formação ao longo da vida, sendo fundamental a diversidade da oferta, assegurando a trajetória de sucesso escolar.

Assim, a desigualdade faz diferença nos resultados educacionais, seja para entrar na universidade ou no mercado de trabalho, são necessárias políticas específicas para a educação, que se comprometa para que os alunos exerçam a sua cidadania e usufruam de uma educação de qualidade. Desta forma, programas de recomposição da aprendizagem são essenciais para garantir que todos os alunos tenham acesso igualitário a oportunidades educacionais, ajudam a reduzir as disparidades no desempenho acadêmico e a garantir que todos os alunos tenham as habilidades necessárias para progredir em seus estudos.

4. Considerações finais

A partir dos dados apresentados, os programas são essenciais não apenas para mitigar as lacunas educacionais causadas por crises como a pandemia de COVID-19, mas também para promover a equidade educacional e preparar os alunos para um futuro promissor. Eles representam um investimento vital no desenvolvimento educacional e social de Alagoas, visando garantir que cada aluno possa alcançar seu potencial máximo independentemente de suas circunstâncias pessoais ou socioeconômicas.

Alagoas tem sido destaque nacional em educação em 2023, configurando-se entre as 11 melhores iniciativas educacionais do país, se tornando finalista do prêmio Darcy Ribeiro de Educação, "o Governo do Estado teve reconhecido o alcance dos programas Cartão Escola 10 e Vem Que Dá Tempo, criados para combater a evasão escolar e para auxiliar quem não concluiu os estudos" (Alagoas, 2023). Esse reconhecimento indica que o Estado implementou políticas educacionais eficazes, alcançou melhorias significativas nos indicadores educacionais ou desenvolveu programas inovadores que beneficiam os estudantes e a comunidade educacional. Esse tipo de destaque nacional não apenas valoriza os esforços dos educadores, gestores e comunidades envolvidas, mas também inspira outros Estados e municípios a buscar excelência educacional.

Com base na Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD), primeira pesquisa divulgada após a pandemia, Alagoas se destacou pela redução do analfabetismo em 2022, com destaque para os programas **Vem que Dar Tempo** e o **Criança Alagoana** (Cria), "a taxa de analfabetismo das pessoas de quinze (15) anos ou mais recuou de dezesseis por cento (16%) em 2019 para quatorze virgula quatro por cento (14,4%) em 2022, uma redução de pouco mais de trinta e cinco (35) mil pessoas não alfabetizadas" (Alagoas, 2023), chegando a menor taxa da série, iniciada em 2016, mostra a pesquisa.

Segundo a SEDUC, Alagoas também se destacou pelo aumento das matrículas em 2023, são mais de cento e sessenta (160) mil estudantes matriculados, contando com quase setenta (70) mil novatos. Esperamos que Alagoas continue investindo em educação e aproveitando esse reconhecimento para impulsionar ainda mais melhorias e inovações no sistema educacional, garantindo

que todos os estudantes tenham oportunidades igualitárias de aprendizado e crescimento pessoal.

Diante do exposto, entende-se a necessidade do investimento em programas e políticas voltadas a educação, para garantir que todos os alunos tenham acesso igualitário a oportunidades educacionais, ajudam a reduzir as disparidades no desempenho acadêmico e a garantir que todos os alunos tenham as habilidades necessárias para progredir em seus estudos. É improrrogável os programas e políticas educacionais que contribuam para acelerar o processo de recuperação das aprendizagens e reparação dos efeitos negativos advindos da pandemia.

Referências

ALAGOAS. **Portaria nº 7.651/2020**. Regulamenta a substituição das aulas presenciais pelas atividades desenvolvidas no âmbito do regime especial de atividades escolares não presenciais – REAENP e dá outras providências. Diário Oficial do Estado de Alagoas. Maceió, 2020. Disponível em: http://www.educacao.al.gov.br/images/Portaria_7651_2020_seduc.pdf_PAGINA_9_reduze.pdf. Acesso: 01 nov. 2022.

ALAGOAS. **Portaria/SEDUC nº 15.022/2021**. Institui o Programa de Recomposição da Aprendizagem da Educação Básica e estabelece os procedimentos para a oferta da Progressão Parcial, a partir do ano letivo de 2021, na Rede Estadual de Ensino e dá outras providências. Diário Oficial do Estado de Alagoas, Maceió, 2021.

ALAGOAS. **Portaria SEDUC nº 1.681, de 25 de janeiro de 2022**. Estabelece Diretrizes de Gestão Escolar e Diretrizes Pedagógicas Operacionais Para a organização e funcionamento do ano letivo 2022 nas Unidades de Ensino da Rede Pública Estadual de Alagoas no âmbito da Secretaria de Estado da Educação. Diário Oficial do Estado de Alagoas, Maceió, 2022.

ALAGOAS. **Documento orientador**: programa de recomposição da aprendizagem. Secretaria de Educação de Alagoas (SEDUC). v. 01, Maceió: 2021.

ALAGOAS. **Secretaria Estadual de Educação em Alagoas**. 2021. Disponível em: <http://www.educacao.al.gov.br/>. Acesso: 01 dez. 2022.

ALAGOAS. **Em 2022, analfabetismo recua em Alagoas e Governo destaca programas de inclusão**. Secretaria de Estado da Educação de Alagoas, 2023. Disponível em: <https://www.educacao.al.gov.br/noticia/26-mais-noticias/3195-em-2022-analfabetismo-recua-em-alagoas-e-governo-destaca-programas-de-inclusao>. Acesso: 29 jun. 2023.

ALAGOAS. **Governo de Alagoas é finalista do prêmio Darcy Ribeiro de Educação. Secretaria de Estado da Educação, 2023**. Disponível em: <https://www.educacao.al.gov.br/noticia/22-randomicas/3224-governo-de-alagoas-e-finalista-do-premio-darcy-ribeiro-de-educacao>. Acesso: 29 jun. 2023.

BACALHAU, Priscilla. MENEZES, Virna. **Políticas educacionais em ação: Estratégias para promover a recuperação de aprendizagem.** FGV EBAPE/FGV CEIPE, LUGAR DE PUBLICAÇÃO: 2022.

BARBOSA, Alexandre Lucas de Araújo. ANJOS, Ana Beatriz Leite dos. AZONI, Cíntia Alves Salgado. **Impactos na aprendizagem de estudantes da educação básica durante o isolamento físico social pela pandemia do covid-19.** UFRN/Codas, LUGAR DE PUBLICAÇÃO: 2021.

BRASIL. **Base Nacional Comum Curricular (BNCC). Educação é a Base.** A área de Ciências Humanas e Sociais Aplicadas. Brasília: MEC/CONSED/UNDIME, 2017.

DA ROSA, S. S.; MARTINS, A. M. Ensino remoto em sistemas municipais de educação no Brasil: percepções dos gestores escolares. **Revista Ibero-americana de Educação, [S.l.]**, v. 86, n.2, 2021.

KENSKI, Vani Moreira. **Educação e tecnologias: o novo ritmo da informação.** Campinas, SP: Papirus, 2007.

PORTAL DE NOTÍCIAS R7. **Cresce 66% o total de crianças que não sabem ler nem escrever no Brasil:** Levantamento do Todos pela Educação. Disponível em: <https://noticias.r7.com/educacao/cresce-66-o-total-de-criancas-que-nao-sabem-ler-nem-escrever-no-brasil-08022022>. Acesso: 01 nov. 2022

SECCHI, L. **Políticas Públicas: conceitos, esquemas de análises, casos práticos.** 2. ed. São Paulo: Cengage Learning, 2017.

UNESCO. Organização das nações unidas para a educação, a ciência e a cultura. **A Comissão Futuros da Educação da Unesco apela ao planejamento antecipado contra o aumento das desigualdades após a Covid-19.** 2020. Disponível em: <https://pt.unesco.org/news/comissao-futuros-da-educacao-da-unesco-apela-ao-planejamento-antecipado-o-aumento-das>. Acesso: 30 out. 2022

UNESCO. Organização das nações unidas para a educação, a ciência e a cultura. **Perdas na aprendizagem pelo fechamento de escolas devido à COVID-19 pode empobrecer uma geração inteira.** 2021. Disponível em: <https://pt.unesco.org/news/perdas-na-aprendizagem-pelo-fechamento-escolas-devido-covid-19-pode-empobrecer-uma-geracao>. Acesso: 30 out. 2022.

VIEIRA, Leticia. RICI, Maike. **A educação em tempos de pandemia: soluções emergenciais pelo mundo.** Editorial de abril, OEMESC. Santa Catarina: 2020.

WALTENBERG, F.; SIMIELLI, L.; SOARES, J.F. **Políticas educacionais em ação: As desigualdades educacionais brasileiras precisam ser reduzidas. Como fazer isso?** FGV EBAPE/FGV CEIPE, LUGAR DE PUBLICAÇÃO: 2021.